

Perspectivas para a cebolicultura catarinense

Carlos Luiz Gandin e Guido Boeing

O Estado de Santa Catarina responde, atualmente, por cerca de 37% da oferta nacional de cebola, com uma produção de bulbos significativamente diferenciada da produção dos demais Estados produtores, diferenças estas (coloração, tipificação) que determinam uma melhor aceitação pelo mercado.

A situação atual da economia e dos mercados leva a cebolicultura catarinense a fazer algumas reflexões sobre a necessidade de melhoria de competitividade da cebola e de políticas públicas estratégicas para o apoio à agricultura familiar.

O consumo de cebola no Brasil, nos últimos anos, está praticamente estabilizado entre 750 mil e 850 mil toneladas/ano. Desse total, o País tem importado entre 75 mil e 330 mil toneladas/ano, volume que varia em função de reduções da oferta interna, seja por condições climáticas adversas, seja por menor competitividade de mercado em razão do baixo nível de tipificação e padronização da cebola brasileira.

Para o próximo quinquênio, confirmando-se as previsões do Instituto Cepa/SC (1) sobre o desempenho da economia brasileira (crescimento do PIB de 3% a.a. e de 8,14% da renda per capita até 2005) e considerando-se um coeficiente elasticidade-renda de 0,174 para a cebola, pode-se projetar para o País um consumo da ordem de 850 mil a 950 mil toneladas em 2005, ou seja, um

crescimento de aproximadamente 12,1% sobre a demanda atual. Para 2010, caso se confirmem os índices de crescimento da economia interna e considerando-se o aumento populacional do Brasil, a demanda poderá situar-se entre 930 mil e 1,05 milhão de toneladas anuais.

A maioria dos problemas enfrentados pelo setor produtivo para a melhoria da qualidade poderia ser superada através do associativismo, do cooperativismo e da profissionalização dos produtores (2). Os agricultores, individualmente, enfrentam muitas dificuldades que poderão ser resolvidas mediante o trabalho em grupo, principalmente para o comércio dos insumos e da produção. Geralmente, eles dependem de decisões tomadas a montante e a jusante das propriedades; na maioria das vezes, adquirem os insumos a preços extremamente altos (muito valor agregado) e vendem a produção por preços baixos (sem nenhum valor agregado), tornando-se reféns do sistema. Com isso, acabam desestimulados e não prezam pela qualidade do produto ofertado ao mercado.

Em uma abordagem genérica sobre os entraves inerentes ao setor produtivo, pode-se concluir que as oportunidades viáveis para a cebola catarinense são melhorar a qualidade e reduzir custos, para que se consolide no mercado nacional e se projete no âmbito internacional. Além disso, estratégias de marketing, com inovações na forma de apresentação do produto ao consumidor final, desenvolvendo embalagens menores e mais atrativas, juntamente com a promoção de campanhas que visem ao aumento do consumo per capita, explorando as qualidades nutricionais e medicinais do bulbo e viabilizando formas de industrialização da cebola, são alternativas

que se apresentam.

Deve, também, ser considerada a produção de cebola orgânica e agroecológica visando atender às novas demandas da sociedade por produtos naturais, de maior valor agregado, bem como a produção de variedades diferenciadas, como a branca e a roxa, que apresentam nichos específicos de mercado bastante atraentes (2).

A elaboração de políticas públicas para o apoio aos cebolicultores em especial, e à agricultura familiar catarinense em geral, envolve a disponibilidade de crédito para custeio e investimentos em infra-estrutura na propriedade agrícola, em quantidade adequada e na época oportuna. Afinal, além da terra e da mão-de-obra, o agricultor precisa de dinheiro para poder produzir, pois o crédito rural visa a disponibilizar recursos financeiros com baixas taxas de juros, para atender à demanda de custeio e investimentos para a implantação e/ou ampliação de atividades geradoras de renda e agregadoras de valor.

Além do financiamento da produção e da infra-estrutura para o beneficiamento e a comercialização, também são necessários os componentes de apoio tecnológico e capacitação gerencial dos agricultores para melhorar a viabilidade da produção. Afinal, busca-se a elevação do nível de capacitação de acordo com a estratégia do desenvolvimento sustentável e a elevação da qualificação técnico-profissional dos agricultores em produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização. Quanto à capacitação dos agricultores, a Epagri, em parceria com o Pronaf, está atendendo, em parte, às demandas do setor através dos cursos de profissionalização realizados no Centro de Treinamento de Agro-

nômica e na Estação Experimental de Ituporanga.

Além disso, torna-se importante intensificar a divulgação periódica e constante das informações referentes à tomada de decisão para a melhoria da qualidade da cebola em Santa Catarina, relacionadas ao contexto da produção das demais regiões do País e do Mercosul. O Observatório do Agronegócio é um projeto-piloto do Instituto Cepa/SC, em parceria com o Pronaf, que tem por objetivo servir de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar, ao desenvolvimento de micro, pequenos e médios agronegócios que permitam agregar renda e melhorar a competitividade (1).

Se houver continuidade nos esforços de pesquisa e desenvolvimento visando ao aumento da produtividade e da melhoria da qualidade da cebola e se mantiver inalterado o atual quadro de produção no Estado do Rio Grande do Sul (sérias deficiências em infra-estrutura de estocagem, baixa produtividade e qualidade do produto e lavouras situadas em áreas de risco climático), Santa Catarina poderá aumentar sua participação relativa na produção nacional em cerca de 25%.

Dada a dinamicidade do setor, deverá ocorrer expansão da produção catarinense pelo aumento da área cultivada por produtor e pela melhoria de produtividade. A tendência é que a produção continue concentrada nas tradicionais regiões produtoras do Alto Vale do Itajaí e que haja um ligeiro decréscimo do número de produtores comerciais de cebola (3).

Literatura citada

1. ALTMANN, R. (coord.). *Perspectivas*

para a agricultura familiar: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 112p.

2. DEBARBA, J.F.; THOMAZELLI, L.F.; GANDIN, C.L.; SILVA, E. *Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: Cebola*. Florianópolis: Epagri, 1998. 115p. (Epagri. Boletim Técnico, 96).
3. EPAGRI. *Sistema de produção para a cebola*: Santa Catarina (3ª revisão). Florianópolis, 2000. 91p. (Epagri. Siste-

mas de Produção, 16).

Carlos Luiz Gandin, eng. agr., M.Sc., Epagri/Instituto Cepa/SC, Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C. P. 1.587, fone: (048) 239-3900, fax: (048) 334-2311, 88034-000 Florianópolis, SC, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br e **Guido Boeing**, eng. agr., M.Sc., Instituto Cepa/SC, Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C. P. 1.587, fone: (048) 239-3900, fax: (048) 334-2311, 88034-000 Florianópolis, SC, e-mail: guido@icepa.com.br.

Receituário agrônomo e a controvérsia sobre sua prática atual¹

José Prado Alves Filho

A implantação e a adoção generalizada da prática do que se convencionou chamar de “receituário agrônomo”, a partir da aprovação da legislação federal (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989) que regulamenta o uso dos agrotóxicos no país, representam uma tentativa quase inédita de controle da comercialização e da utilização desses produtos, quando comparadas às estratégias de gestão adotadas em outros países, na busca de padrões e recomendações técnicas que possam minimizar os efeitos negativos decorrentes do uso de agrotóxicos.

O processo que culminou com a proposição desse sistema de controle da comercialização dos agrotóxicos por receita pode ser caracterizado como fruto da ação de uma rede sociotécnica (1) envolvida com os temas ambientais e a questão dos agrotóxicos, em especial nos meios agrônômicos, desde o final da década de 70.

Os impactos sociais, ambientais

e econômicos decorrentes do uso de agrotóxicos na atividade agrícola são bastante conhecidos, e o perfil das formas de disponibilização, acesso e utilização destes insumos no processo produtivo repercutem diretamente nos vários interesses presentes nessa rede.

Desta forma, a implantação do receituário agrônomo se caracterizou como uma tentativa de criar uma instituição para intermediar o acesso dos agricultores às formas de controle dos problemas fitossanitários na atividade agrícola, em especial através do uso de agrotóxicos, e, por consequência, contribuir fortemente para o estabelecimento das relações desenhadas em toda a cadeia envolvendo os produtores rurais, os técnicos, a indústria química, a comunidade de pesquisadores científicos, os consumidores de produtos agrícolas, os ambientalistas, a cooperação agrônômica, os legisladores, as agên-

¹ Resumo de dissertação de mestrado intitulada: “Receituário Agrônomo: a construção de um instrumento de gestão dos agrotóxicos e sua controvérsia”, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo – Procam/USP, em dezembro de 2000.